

ESTUDO SOBRE O REGISTRO E CONTROLE PATRIMONIAL DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PORTO ALEGRE

*STUDY OF THE REGISTRATION AND PATRIMONIAL CONTROL OF THE BROTHERHOODS OF
OUR LADY OF THE ROSARY IN PORTO ALEGRE*

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.13059/RACEF.V12I3.759](http://dx.doi.org/10.13059/RACEF.V12I3.759)

Paulo Schmidt
pschmidt@ufrgs.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Caroline Penedo da Silva
penedocaroline@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Data de envio do artigo: 15 de Junho de 2020.

Data de aceite: 17 de Dezembro de 2021.

Resumo: Esse estudo objetiva apresentar como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário registrava e controlava seu patrimônio. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram criadas como um espaço de sociabilidade e auxílio, principalmente para homens e mulheres africanos. O estudo classifica-se como qualitativo, descritivo e documental e bibliográfico. A principal fonte primária de pesquisa foi o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Procedeu-se a uma coleta diretamente relacionada em termos de tempo e espaço com o evento estudado e posterior análise de conteúdo desses dados levantados. Identificou-se que o registro para controle das contas da Irmandade era feito em livro próprio de Receitas e Despesas. Além desse livro, a Irmandade possuía o Livro de Compromissos, onde eram determinadas as formas que o Escrivão deveria fazer os registros e como seriam as auditorias e prestação de contas, caracterizando, portanto, que a Irmandade não estava preocupada apenas com os registros contábeis, mas também com a accountability da gestão.

Palavras-chave: Escravidão; Irmandades. Controle Patrimonial; Livro de Receitas e Despesas; História da Contabilidade.

Abstract: *This study aims to present how the Brotherhood of Our Lady of the Rosary registered and controlled their assets. The Brotherhoods were created as a space of sociability and mutual assistance, mainly for African men and women. The study is classified as qualitative, descriptive and documentary and bibliographic. The main primary sources were obtained from the Historical Archive of the Metropolitan Curia of Porto Alegre. A collection was carried out directly related in terms of time and space to the studied event and subsequent content analysis of the collected data. It was identified that the registration for the control of the Brotherhood accounts was made in a specific book of Income and Expenses. In addition to this, the Brotherhood had the Book of Commitments, which determined the ways in which the bookkeeper should record and how audits and*

accountability would be, characterizing that the Brotherhood was not only concerned with accounting records, but also with management accountability.

Keywords: *Slavery; Brotherhoods; Patrimonial Control; Income and Expenses Book; Accounting History.*

1. INTRODUÇÃO

Estudos sobre documentos que envolviam procedimentos contábeis adotados para demonstrar o registro dos mais variados tipos de transações com escravizados, tais como compra, venda, pagamento de impostos, lista de inventários, contratos de aluguel, etc., em países como os Estados Unidos da América e o Brasil são correntes. Porém, a análise de procedimentos contábeis de transações realizadas pelos escravizados são sub-representadas na literatura sobre a escravidão. Contudo, mesmo sendo incomuns, podem ser identificadas e analisadas historicamente.

Essa análise histórica vislumbra uma mudança na forma de olhar os acontecimentos passados, incorporando os conceitos desenvolvidos a partir do surgimento da chamada Nova História da Contabilidade (NHC), dentro do contexto geral da Nova História, como afirma Burke (1992), ao defender que as pesquisas históricas, dentro dessa nova perspectiva, passaram a abordar os estudos com novos diálogos entre as áreas do conhecimento humano, investigando a trajetória de pessoas comuns e acontecimentos cotidianos, não apenas dos grandes líderes, de grandes transformações sociais e acontecimentos mundiais, buscando múltiplas visões e uma maior pluralidade cultural.

O tema escravidão, e suas mais variadas facetas, continua sendo muito retratado por pesquisadores, mas, predominantemente, com análise do lado do escravocrata e da sociedade escravagista e de suas transações. Além da atualidade do tema, percebe-se a tendência das pesquisas não serem focalizados na análise pelo lado dos escravizados, como pode ser verificado

nos 10 artigos mais citados dos últimos 10 anos que tratam desse tema, de acordo com a base da Web of Science (2020), na sua maioria, analisam o assunto pelo lado do escravocrata. Os 10 artigos mais citados nessa base, em ordem decrescente de citação, são:

- Borucki (2011), que trata do comércio de escravos entre o Brasil e o Rio da Prata desenvolvido a partir de interações entre espanhóis e portugueses;

- Borucki, Eltis e Wheat (2015), que trata da conexão africana com a América espanhola, especialmente sobre o papel espanhol no comércio de escravos;

- Lovejoy (2011), foca seu estudo na vida de quatro indivíduos, Venture Smith, Gustavus Vassa (Olaudah Equiano), Mahommah Gardo Baquaqua e Muhammad Kaba Saghanughu, avaliando a importância de recuperar a liberdade perdida como motivo para compilar as narrativas e histórias de vida desses indivíduos. Esse estudo, diferente dos anteriores, foca sua análise nas pessoas comuns, dentro de um contexto da Nova História;

- Borucki (2012), que ilustra o volume do tráfico de escravos, as rotas de comércio e as origens dos escravos que chegam à Venezuela, explorando as conexões dessa colônia espanhola com os atlânticos português, holandês, britânico e francês;

- Eltis, Morgan e Richardson (2010), que tratam da dos desequilíbrios entre os escravocratas e os escravos nas produções de arroz norte americanas;

- Eltis, Lewis e McIntyre (2010), que explora os fatores que contribuíram para a grande diferença entre os preços dos escravos na África e no Caribe;

- Silva et al. (2014), rastreiam o tamanho, a origem e o movimento da diáspora africana liberada, oferece uma análise preliminar do descarte de recapturados africanos em sociedades de ambos os lados do Atlântico;

- Rönnbäck (2012), faz um estudo de embarcações do comércio transatlântico de escravos fonte para uma análise quantitativa da velocidade de trânsito de navios oceânicos durante o período moderno inicial;

- Sparks (2013), analisa como os comerciantes africanos de elite acessavam o crédito dos comerciantes europeus através de um sistema conhecido como penhor de membros da família, geralmente seus filhos, colocados nas mãos dos europeus como garantia dos bens comerciais que lhes eram avançados;

- Burnard e Follett (2012), indica como a mudança de modelos de explicação científica de infecções teve implicações culturais significativas para abolicionistas, proprietários de escravos e pessoas escravizadas

Desses 10 artigos, apenas o de Lovejoy (2011) faz uma análise sob a perspectiva do novo contexto de ver os estudos históricos, não do grupo opressor, mas do grupo oprimido. Com um olhar mais direcionado para o cotidiano das pessoas escravizadas no Brasil durante o período colonial, é possível obter-se valiosas contribuições para que se possa entender como essa população controlava os recursos arrecadados para a prática da religiosidade, especialmente nas confrarias religiosas.

As confrarias religiosas foram congregações que cultuavam a religião e a sociabilidade dos escravizados, especialmente nas colônias portuguesas. No Brasil, essas irmandades mantinham o controle de seus patrimônios, adotando as práticas contábeis correntes da época. Esses registros geraram fontes primárias de pesquisa, sobretudo os livros de registros de receitas e despesas, onde são destacados os termos de recenseamento e aprovação das contas, a relação dos contribuintes e os respectivos valores doados para os cultos religiosos e demais movimentações de receitas e despesas do período.

Assim, o presente estudo intenta responder, sob uma perspectiva histórica e contábil, como os membros de uma confraria de irmãos organizada na cidade de Porto Alegre, sob a rege de Nossa Senhora do Rosário, registrava e controlava seu patrimônio. Portanto, objetiva-se apresentar quais as práticas contábeis utilizadas por essa confraria para registro e controle de seu patrimônio. Essa horizonte de análise aborda o estudo sob a perspectiva de pessoas comuns e de seus acontecimentos cotidianos, buscando focar

em uma maior pluralidade cultural, procurando contribuir para a melhor compreensão da vida desses indivíduos no processo de formação da sociedade brasileira.

2. IRMANDADES DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram organizações religiosas compostas majoritariamente por pessoas negras. Essas associações eram regidas por um estatuto que previa preceitos a serem seguidos pelos confrades. Esses estatutos abordavam os “[...]objetivos da Irmandade, da condição jurídico-civil daqueles que poderão ser aceitos por Irmãos, e também seus direitos e deveres, sua forma de organização, além de questões religiosas e sociais”. (RASCKE, 2014, p. 64). Segundo Luz (2016, p. 131), as confrarias foram “[...]se colocando como uma espécie de espaço legítimo de sociabilidade para a população negra livre e escrava – e eventualmente até mesmo para não negros –, o que não deixava de espelhar a tensão social da época”.

Essas irmandades se caracterizavam por se organizarem em locais que permitiam a sociabilidade, a caridade, a afetividade e o protagonismo dos confrades. Essas sociedades, segundo Panzeri (2001, p.112), complementavam os poucos serviços prestados pela Coroa portuguesa, pois “até os finais do século XIX, quase tudo o que havia se consolidado no país em termos de assistência social, saúde e educação, constituía-se em organizações (sem fins lucrativos) criadas pela Igreja Católica, com o mandato do Estado”.

Coube a comunidade católica a maior parte da assistência social aos povoados mais distantes do centro do poder da Coroa portuguesa no Brasil, especialmente nos séculos XVII e XVIII, quando o processo de colonização estava em expansão para oeste e sul do território brasileiro, mormente com as bandeiras sertanistas. Nesse contexto histórico, as confrarias se organizavam como entidades em torno da Igreja Católica, que, segundo Nascimento (2006), objetivavam a piedade e a liturgia, pois não havia confraria sem

um santo padroeiro e sem a celebração de missa pelo menos uma vez por ano, sem a caridade, especialmente para os que necessitavam de recursos em casos de doenças e de funerais e sem a busca da sociabilidade dos confrades, muitos deles ainda escravizados.

2.1 Devoção e criação de irmandades

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram importantes espaços de convivência para as comunidades católicas durante séculos. Segundo Sousa Junior (2009, p. 2), “a história da vida dos santos e santas tiveram papel fundamental no sistema de conversão dos negros ao catolicismo”. Conforme Scarano (1978, p. 38), “a mais famosa dentre as inúmeras irmandades de pretos é a de Nossa Senhora do Rosário”.

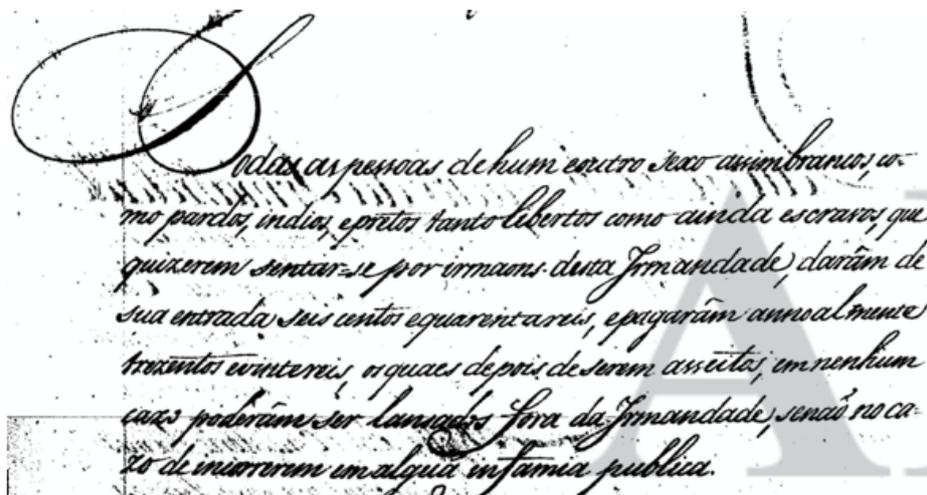
No período colonial brasileiro, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2011), Nossa Senhora do Rosário era conhecida e venerada por muitos fiéis, mas de forma especial pela população negra que devido ao preconceito sofrido pela cor da pele buscavam na fé uma forma de se proteger dos colonizadores. O IPHAN (2011) explica que, por meio de formações religiosas, os jesuítas difundiram o catolicismo entre os africanos pelo mundo, especialmente até o início do século XIX, fazendo com que as irmandades passassem a ser majoritariamente formada por pessoas negras.

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram criadas com algumas características significativas, como a fé, a caridade, a liberdade e as festividades, fazendo com que os irmãos africanos tivessem nessas confrarias um ambiente de autonomia para discutirem o rumo de suas vidas.

Para associar-se a uma irmandade, a pessoa deveria preencher alguns requisitos. Segundo Sousa Junior (2009, p. 10), “a devoção era, também, um dos requisitos básicos pelas irmandades, a começar da definição do orago que estabelecia os requisitos para a entrada do irmão na irmandade”. O Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, apresenta um

documento com os compromissos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Madre de Deus de Porto Alegre (RN). A Figura 1 apresenta o primeiro compromisso dessa irmandade, onde ficou determinado que: Todas as pessoas de um e outro sexo, assim brancos, como pardos, índios e pretos, tanto libertos como ainda escravos, que quiserem sentar-se por irmãos dessa Irmandade, darão de sua entrada seus centos e quarenta réis e pagarão anualmente trezentos e vinte réis os quais depois de serem aceitos, em nenhum caso poderão ser lançados fora da Irmandade, senão no caso de iniciarem em alguma infâmia pública.

Figura 1 - 1º Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Madre de Deus de Porto Alegre (RN)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1157568>

As festas realizadas pelas irmandades eram muito aguardadas pela população, principalmente a de Nossa Senhora do Rosário, por meio desses eventos, eram também arrecadados recursos para manter as atividades da confraria. Segundo Bahy (2005, p. 204), “um importante momento para as confrarias são as festas dedicadas aos oragos. Este é o principal momento para aumentar a receita de uma confraria”.

Os irmãos, no interior das festas observam, interagem, aprendem, se expressam, conquistam e “libertam-se” – pelo menos momentaneamente – de normas de comportamentos impostos pela sociedade escravista e pelo poder eclesiástico, mas, ao mesmo tempo incorporam padrões de comportamento específicos presentes na sua própria cultura. (SOUSA JUNIOR, 2009, p. 2).

De acordo com Bezerra (2014), a fé efusiva e a afeição por festas, foram características de destaque das irmandades brasileiras, atributos esses notavelmente trazidos das associações portuguesas.

2.2 Irmandade de nossa senhora do rosário em Portugal

Portugal foi o principal responsável pela expansão do catolicismo no mundo. “O padroado era a forma através da qual o governo de Portugal exercia a sua função de proteção sobre a Igreja católica, religião oficial e única permitida na nação”. (VALENTE, 2011, p. 204).

O padroado régio foi instituído por concessão do Papa Júlio III, através da bula papal denominada de *Praeclara Carissimi*, que proclamou o Rei de Portugal como Grão-mestre da Ordem

de Cristo, tendo o poder de substituir o Papa na administração religiosa em todas as terras portuguesas, inclusive com a gestão financeira em nome da igreja. (SOARES, 2015).

Segundo Reginaldo (2005, p. 50), “a predominância do tráfico com África Central, a partir do século XVII, levou a concentração de um grande número de africanos dessa origem em Lisboa e em outras partes do reino”.

Os africanos levados para Portugal, passaram a ser evangelizados pelos padres católicos portugueses, tanto que já no século XVI, surgiram as primeiras confrarias exclusivamente de negros em Lisboa, uma dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe, localizada no Convento de São Francisco, e outra devotada a Jesus Maria José, no Convento do Carmo (Reginaldo, 2009).

O primeiro livro de compromissos de uma confraria dedicada à Nossa Senhora do Rosário de Homens Pretos de Lisboa foi aprovado pela Coroa portuguesa em 1565 (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DE PORTUGAL, 1565). Porém, essa Confraria não era exclusiva de homens negros, sendo criada adjunta à Confraria de homens brancos da Igreja do Convento de São Domingos. Porém, uma série de conflitos fez com que a irmandade de homens negros fosse expulsa do Convento (Reginaldo, 2009).

A criação de uma confraria de negros, na cidade de Lisboa, dedicada à Nossa Senhora do Rosário, ocorreu no século XVII. Foi denominada de Irmandade de Rosário dos Pretos e localizada no Convento do Salvador. Segundo Reginaldo (2009) e Oliveira (2012), foram constituídas muitas irmandades de pessoas negras nos séculos XVII e XVIII dedicadas a várias santidades católicas.

2.3 Irmandade de nossa senhora do rosário na África

Na África, as irmandades surgiram a partir das invasões portuguesas do início do século XV e da conseqüente propagação do cristianismo e conversão dos africanos. Segundo o Instituto da Memória e do Patrimônio Histórico e Cultural (IMPHIC, 2009, p.1), “em 1415 os portugueses, sob a liderança do Infante Dom Henrique e

seus dois irmãos, filhos de D. João I e D. Filipa de Lencastre, conquistam Ceuta, no Norte da África”.

As invasões buscavam novas rotas para as Índias e novos produtos que pudessem gerar lucros para a Coroa portuguesa. Associado ao interesse econômico, o padroado régio assumido pelo Rei de Portugal, fez com que o cristianismo fosse implementado em todos novos territórios dominados pela Coroa, proporcionando a criação de irmandades de pessoas convertidas ao cristianismo.

Assim, a partir do século XVI, as ordens religiosas chegaram à África no intuito de realizar trabalhos de evangelização. Nas terras africanas, o processo de criação das Irmandades do Rosário se estabeleceu inicialmente entre a população de pessoas brancas. “Embora continuasse cara aos brancos, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, o Rosário foi se constituindo numa devoção preferencialmente de negros, ainda em terras africanas”. (REGINALDO, 2005, p. 37).

A aceitação da população negra à devoção do Rosário ampliou os limites inicialmente planejados por parte de Portugal e da Igreja Católica, permitindo que os africanos comesçassem a ocupar cargos de destaque nesse aspecto religioso. Simão (2010) explica que a população negra deu um novo sentido ao catolicismo e em momento algum essa apropriação significou renúncia a cultura africana.

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário constituídas na África contribuíram para que os europeus entendessem melhor a sociedade africana, tanto que Simão (2010, p. 40), afirma que “[...] a experiência da cristianização da África é de fundamental importância para os que procuram compreender mais profundamente a história política, social e cultural de seus descendentes nas Américas”.

O tráfico de africanos realizado por europeus para o continente americano, não os impediu de praticarem o cristianismo, mesmo longe de suas comunidades, considerando que muitas dessas pessoas já possuíam iniciação na religião católica.

Simão afirma que (2010, p. 36), “embora escassa as informações mais detalhadas sobre as irmandades africanas e mesmo sobre o cristianismo, algumas referências a igrejas em Devoção a Senhora do Rosário e algumas Irmandades podem nos auxiliar na discussão”. Foram identificados em alguns países africanos a criação de confrarias dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, entre os séculos XVI e XVIII, tais como: Luanda (1701 e 1728), Angola (1784), Moçambique (1577 e 1662), Ilha do Príncipe (início do século XVIII) e São Tomé (1526).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), indicam que a maioria dos africanos que vieram para o Brasil, são originários de Angola, Moçambique e da Nigéria. Isso fez com que as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário criassem uma ligação histórica entre a África e o Brasil, fazendo com que as confrarias unissem ambas as comunidades através da religiosidade.

2.4 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no Brasil

No Brasil colonial, especialmente em regiões mais distantes do centro do poder régio, parece não ter havido uma ação efetiva da Coroa portuguesa, mesmo com as obrigações assumidas com o padroado régio, considerando “[...] o quase inexistente auxílio financeiro concedido via Mesa da Consciência e Ordens, as irmandades religiosas e fregueses [...] atuaram construindo os templos, pagando ornamentos, alfaias e os serviços litúrgicos e sacramentais ministrados pelos eclesiásticos” (SILVA, 2015, p. 43).

Assim, a criação das irmandades se disseminou em função da necessidade de prestação de assistência social aos irmãos mais necessitados. Conforme Simão (2010, p. 54), “[...] um dos meio mais efetivos da Igreja se manter presente no novo território foi através das instituições leigas, principalmente para alcançar seus objetivos evangelizadores”. Segundo Santos (2018, p. 02), “ao ‘descobrir’ o Brasil, os colonizadores portugueses trouxeram junto

com seus navios a religião cristã católica”. Dessa forma, muitas irmandades foram constituídas no Brasil, sendo que uma das mais antigas é a do Pelourinho, na Bahia, que, conforme Santos (2018, p. 10), “ficou popularmente conhecida como a Irmandade do Rosário dos Pretos de Salvador, sendo uma das poucas associações negras que não foram extintas e que continua atuante até hoje”. Segundo Reis (1996), os primeiros fiéis de Nossa Senhora do Rosário na Bahia foram os de origem angolana e os crioulos (pessoas escravizadas nascidas no Brasil).

Conforme a população se estabelecia no Brasil, as divisões administrativas da colônia, denominadas de freguesias, iam sendo criadas. Nascimento (2006, p. 276) explica que, “no período imperial, devido ao adensamento das populações urbanas, dentro de uma mesma vila eram criadas mais de uma freguesia, possuindo cada uma a sua própria igreja-sede, subordinada à Matriz”. “No Brasil, a edificação de igrejas matrizes passara a ganhar um significado particular, representava o surgimento e a instituição de toda uma nova circunstância territorial e administrativa do Real Padroado”. (NASCIMENTO, 2006, p. 275-276).

Uma característica pertinente às irmandades era o formato associativo. De acordo com Scarano (1978, p. 24), “vinculadas à tradição medieval das confrarias, as irmandades brasileiras davam muito maior importância às categorias raciais e sociais, não se integrando em qualquer finalidade profissional”. “A sociedade formada na colônia escravocrata estava estruturada em moldes corporativistas que refletiam diferenças sociais, raciais e nacionais. As irmandades são um exemplo disso”. (REIS, 1996, p. 5).

Com muita influência nas suas comunidades, as irmandades elegiam os confrades que mais se destacavam para ocuparem os cargos administrativos, que, além de gerenciarem a organização, preparavam os festejos anuais em que os irmãos saíam em cortejo pelas ruas da localidade, organizando as congregações seguindo um venerável caráter étnico nos seus reinados (BRÜGGER e OLIVEIRA, 2009). Essas festividades eram muito

aguardadas, pois eram nestes momentos que os confrades mantinham suas crenças para os santos de devoção.

2.4.1 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Porto Alegre

A primeira capital do Estado do Rio Grande do Sul foi a cidade de Rio Grande (durante o período de 1751 a 1763); a segunda a cidade de Viamão (durante 1763 e 1773); e, a terceira e atual, a partir de 1773, a cidade de Porto Alegre. Essas mudanças foram causadas por disputas de poder e diferentes interesses (COMISSOLI, 2006, p. 12).

Segundo Hastenteufel (1993, p. 37), “[...] desde 1737 temos uma presença de Igreja ininterrupta e permanente no Rio Grande do Sul, sob bandeira portuguesa”. O conservadorismo e a estrutura escravocrata da região eram rigorosos e a igreja era muito influente. (NASCIMENTO, 2009).

Viamão começou a ser povoada por volta de 1730, seguindo um primeiro fluxo migratório de famílias oriundas da cidade de Laguna (Santa Catarina).

Os africanos tiveram importante contribuição na história do Rio Grande do Sul e as irmandades foram muito significativas na vida dessas pessoas. Scarano (1978, p. 99) explica que, “o preto cativo constituía o maior contingente populacional em quase todas as regiões brasileiras no período, é natural que fosse o grupo mais numeroso nas irmandades do homem de cor”.

Para Kühn (2010), pelo menos 29 irmandades existiam no estado entre 1745 e 1819. Em 1756 foi fundada em Viamão uma Irmandade dedicada à Nossa Senhora do Rosário, intitulada de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos de Viamão. (BAHY, 2005). Como Viamão era a capital do Rio Grande do Sul, recebia mão de obra escrava vinda de Portugal, grande parte já evangelizada. Por isso, as irmandades proliferaram na região gaúcha e difundiram a religião católica.

Em 1773, Porto Alegre passa a ser capital do Estado, porém, mesmo antes de se tornar a

capital, a cidade já possuía irmandades. Como indica Segundo Kühn (2010, p. 122), entre os anos de 1745 de 1819 “as maiores freguesias contavam também com um número mais expressivo de associações, casos de Porto Alegre, que contabilizava seis confrarias [...]”.

Uma das mais antigas confrarias de Porto Alegre foi a de Nossa Senhora do Rosário, São Domingos e São Benedito. Essa Irmandade foi dedicada a três santos, embora na maioria dos documentos que tratam da confraria, apenas é feito referência ao nome de Nossa Senhora do Rosário. Para Nascimento (2009, p. 2), “indícios apontam para a existência da devoção a Nossa Senhora já por volta dos anos de 1785 e 1786”. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, segundo Kühn (2010, p. 127), “[...] manteve também o caráter aberto a todos os grupos étnicos”.

Participar como confrade de uma irmandade católica conferia ao associado uma posição de prestígio perante a sua comunidade, tanto que, ao longo do tempo, conforme um novo membro ia se integrando ao grupo, era possível perceber uma mudança na sua vida, inclusive pelo aspecto financeiro. A irmandade era o local onde os associados ganhavam visibilidade e conseguiam promoções sociais, considerando que viviam em uma sociedade colonial muito excludente. Kühn (2010, p. 122) explica que “[...] a compreensão do modo de vida colonial pode ser apreendido através do estudo da participação dos habitantes na vida social das comunidades em que estavam inseridos[...]”.

Segundo Sousa Junior (2009), as festas religiosas eram momentos de grande alegria e permitia que os irmãos manifestassem sua cultura e costumes trazidos da África. Nascimento (2009) explica que esse sentimento de liberdade não rondava todas as irmandades da época. Em Porto Alegre, durante as festividades religiosas haviam várias restrições que não deixavam o ambiente muito agradável.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, assim como as demais espalhadas pelo mundo, prestava assistência social aos seus membros e contribuía com a comunidade local, tanto que foi essa associação

que arrecadou recursos e contribuiu com a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no centro da cidade. A conclusão da obra ocorreu em 1827 e a sua demolição em 1951, quando foi edificado um novo templo com recursos da Igreja Católica que existe até hoje na cidade. A Figura 2 apresenta uma imagem da planta da cidade de Porto Alegre de 20 de junho de 1836, com destaque a esquerda onde foi edificada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no destaque central um trapiche, a alfândega e uma praça e no destaque da direita o pelourinho da cidade.

Figura 2 - Planta da cidade de Porto Alegre de 1836.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil (BND)

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart540208/cart540208.jpg

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é classificada em três aspectos: quanto à abordagem do problema, aos seus objetivos e aos procedimentos técnicos utilizados.

No que tange à forma de abordagem do problema, o presente estudo classifica-se como qualitativo, no qual atenta para o desenvolvimento específico dos dados, dispondo de fundamentos da teoria histórico-cultural. Segundo Richardson (1999, p. 79), “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa é considerada como descritiva e destina-se a evidenciar as diretrizes de estudos sobre como era realizado o controle patrimonial das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre nos séculos XVIII e XIX. Gil (2014, p. 28) afirma que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação aos procedimentos de pesquisa utilizados, o estudo classifica-se como documental e bibliográfico, pois baseia-se em documentos públicos, como nos dados de origem dos livros contábeis da população estudada e a literatura pertinente ao tema. De acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 190), “A característica da pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.”

Padilha e Borenstein (2005) salientam que, um estudo de natureza histórica precisa desenvolver-

se de forma heterogênea, considerando a pluralidade dos indivíduos da comunidade analisada, bem como seus costumes, hábitos e poder aquisitivo. Considerando esses aspectos o estudo fundamenta-se, especialmente, em fontes primárias, livros, artigos de periódicos, dissertações e teses. As imagens de fontes primárias, destacadas no estudo, foram coletadas diretamente no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), por meio de consulta aos livros de compromissos e de registros contábeis da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos séculos XVIII e XIX, na Biblioteca Nacional Digital de Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (Portugal) e na Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Na captura de dados adotou-se uma abordagem sistemática por meio de coleta nas fontes indicadas, procedendo-se para uma organização e avaliação crítica dos dados históricos levantados sobre o controle patrimonial da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre nos séculos XVIII e XIX. Para essa captura, priorizou-se as fontes primárias diretamente relacionadas em termos de tempo e espaço com o evento estudado. O repositório principal de dados foi o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), onde foram capturados dados preponderantemente qualitativos relacionados com o tema. Após uma análise de conteúdo dos dados, objetivando a inferência de conclusões sobre os elementos capturados, procedeu-se a classificação e categorização dos conteúdos pesquisados, priorizando os que possuíam características diretamente relacionadas com os elementos-chave da pesquisa.

4. REGISTRO CONTÁBIL E CONTROLE PATRIMONIAL DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PORTO ALEGRE

Para que se possa entender, sob uma perspectiva histórica e contábil, como era realizado o controle patrimonial na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, é fundamental que se compreenda que os

recursos eram gerenciados como uma entidade jurídica, devendo seguir regras determinadas nos seus compromissos.

O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre foi confirmado por D. Pedro I em 14 de maio de 1828, embora a confraria tenha sido criada em 1786. O Livro de Compromissos da Irmandade está guardado no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA, 1828). Os Compromissos da Irmandade são compostos de 24 capítulos, divididos em 227 parágrafos. O 6º capítulo dos compromissos da Irmandade tratava do Irmão Escrivão. Era responsabilidade do Irmão Escrivão fazer os registros contábeis, numerar e publicar os livros e demais papéis da Irmandade, sendo que era exigido que ele deveria ser uma pessoa que tratava com zelo e probidade as coisas da associação e deveria possuir aptidão contábil para a escrituração das receitas e despesas da Irmandade (AHCMPA, 1828).

A cada trimestre o Irmão Escrivão deveria receber do Irmão Tesoureiro os comprovantes das transações da Irmandade, com o objetivo de conferi-las com os respectivos documentos e registra-las no livro de receitas e despesas, para serem apresentados e analisadas pela diretoria. No final de cada ano, o Irmão Escrivão deveria apresentar, além das contas do último trimestre, o resultado do exercício para aprovação e assinatura da Mesa Diretora (AHCMPA, 1828). O primeiro livro contábil de escrituração de receitas e despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre que registrou as atividades realizadas pela confraria data de 1786.

A Figura 3 apresenta parte de um livro de registro de receitas e despesas rubricado pelo Irmão Juiz da Nossa Senhora. Conforme Capítulo 8º do Compromisso da Irmandade, cabe ao denominado de Irmão Juiz de Nossa Senhora numerar e publicar os livros da Irmandade (AHCMPA, 1828). Em despacho de 29 de janeiro de 1807, o Irmão anota que o livro de receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Domingos desta Vila, vai por ele numerado e rubricado e leva consentimento no

fim.

Figura 3 - Folha 1 do Livro de receitas e despesas de 1807 da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre com a rubrica do Irmão Juiz da Nossa Senhora.

Este livro da receita, Despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de S. Domingos desta Vila, vai por mim nomeado e rubricado, e leva o seu termo no fim de Porto Alegre 19 de Junho de 1807.

Juiz Com. Genl. de Brag. [Signature]

Fonte: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), 1807.

O primeiro livro de registro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre data de 1786, primeiro ano de funcionamento da confraria. O total arrecadado no ano foi de 157\$400 (cento e cinquenta e sete mil e quatrocentos réis), detalhados conforme Figura 4.

Figura 4 - Receitas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre do ano de 1786

Receita	
1786	
Receitas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	
Receitas de 220\$000 em réis	220.000
Receitas no fim do ano de 100\$000	100.000
Receitas mais o rendimento das casas de aluguel	10.000
Receitas de outros rendimentos em todo o ano	4.000
Receitas de doações das esmolas dos terços	4.000
Receitas de doações em geral	4.000
Total	157.400

Fonte: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), 1786.

●Cestos de duas toalhas para o altar: 4\$880 (quatro mil oitocentos e oitenta réis).

●30 Dúzias de rosários e 8 dúzias com Padre Nossos dourados: 7\$360 (sete mil trezentos e sessenta réis).

●47 kg de cera para a festa e 2 tochas: 26\$320 (vinte e seis mil trezentos e vinte réis).

●Madeira, pregos e feitiço do Altar: 30\$730 (trinta mil setecentos e trinta réis).

●6 Sepulturas compradas para 6 Irmãos falecidos: 9\$600 (nove mil e seiscentos réis).

●3/2 kg Cal: 1\$120 (mil cento e vinte réis).

●2 Dobradiças: \$720 (setecentos e vinte réis).

●Tintas para pintar o altar: 25\$000 (vinte e cinco mil réis).

●4 Tarraxas para o Andor: \$320 (trezentos e vinte réis).

●3/2 C. de Droguete rei para cobrir o Altar: 1\$340 (mil trezentos e quarenta réis).

●1 Esquife feito por João Pietro: 6\$760 (seis mil setecentos e sessenta réis).

●5 C. de pano de prato - franja e feitiço: 7\$960 (sete mil novecentos e sessenta réis).

●1 Banco e ferragem a João Vieira: 10\$000 (dez mil réis).

●1 Pedra de Ara: 4\$160 (quatro mil cento e sessenta réis).

●De pintar a Caixa: \$800 (oitocentos réis).

●De Compor o ramalhete da Senhora: \$640 (seiscentos e quarenta réis).

●1 kg de Incenso para a festa: \$240 (duzentos e quarenta réis).

●A Caixa dos Vigários da Mesa da Festa: 9\$280 (nove mil duzentos e oitenta réis).

●Aos músicos: 10\$000 (dez mil réis).

●11kg de pano, tachas e tábuas para a empanada da janela: 6\$960 (seis mil novecentos e sessenta réis).

●Total de despesas: 175\$590 (cento e setenta e cinco mil quinhentos e noventa réis).

No ano da publicação do primeiro livro de registros da irmandade, 1786, ainda não existia uma regulamentação no Brasil que determinava o formato dos relatórios contábeis, tanto que “o primeiro sinal de normatização da contabilidade brasileira foi percebido ainda na época em que o governo era imperial [...], com a publicação do

1º CCB em 26/06/1850, através da Lei nº 556” (SCHMIDT e SANTOS, 2012, p.28). Foi somente a partir do art. 10 do Código Comercial Brasileiro (CCB) que o Brasil passou a ter as primeiras regras contábeis para reportar informações. Portanto, esse primeiro livro da irmandade desenvolvido pelo Irmão Escrivão, não seguiu nenhuma normatização contábil brasileira, mas a lógica contábil de escrituração apresentada pela escola de pensamento contábil contista, cuja preocupação era reportar as entradas e saídas patrimoniais de uma forma sistêmica, tendo os ativos de um lado e os passivos de outro para facilitar a visualização.

O ápice da Irmandade era a realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário que acontecia todos os anos. Era um momento de agradecimento e diversão aguardado pelos Irmãos e pelas pessoas da comunidade. Para a sua realização, era comum que a Irmandade recebesse doações (denominadas de esmolos), que serviam não somente para a realização da festa, mas para a manutenção das atividades da confraria durante o ano. “Comemoradas no dia 26 de dezembro, as festas da Irmandade do Rosário da capital da província sulina eram, por certo, grandiosas e atraíam uma multidão de fiéis e curiosos”. (NASCIMENTO, 2009, p. 5). A Figura 6 apresenta a página 42 do Livro da Irmandade com o registro de receitas geradas de esmolos entre os anos de 1810 e 1811.

Figura 6 - Receitas de escolas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre do anos de 1810 e 1811

It. - Escolas dadas q. varios Irmãos de Nossa S ^{ra} abria cominhados para ajuda da Festa de S ^{ra}	
Do Irmão Luiz Joaquim da Silva Guim.	16\$000.
Do Sr. Tesoureiro Francisco Manuel.....	8\$000.
Do Sr. Escrivão Irmão Borges P. de Azevedo.....	4\$000.
Do Sr. Proc. or Antônio Vaz.....	2\$000.
Do Sr. Benedito Vieira.....	4\$000.
Do Sr. Jozé Pedro.....	2\$000.
Do Sr. Jozé Vieira.....	2\$000.

Fonte: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), 1807.

No registro da Figura 6 estão discriminados os seguintes nomes e valores de escolas dadas pelos irmãos para ajudar na Festa de Nossa Senhora do Rosário da de Porto Alegre:

- Irmão Luiz Joaquim da Silva Guimarães: 16\$000 (dezesesseis mil réis).
- Tesoureiro Francisco Manuel: 8\$000 (oito mil réis).
- Escrivão Irmão Borges Pinto de Azevedo: 4\$000 (quatro mil réis).
- Procurador Antônio Vaz: 2\$000 (dois mil réis).
- Irmão Benedito Vieira: 4\$000 (quatro mil réis).
- Irmão Jozé Pedro: 2\$000 (dois mil réis).
- Jozé Vieira: 2\$000 (dois mil réis).

De acordo com o Capítulo 19º dos Compromissos da Irmandade que define a mesa e suas formalidades, trimestralmente as contas serão apresentadas pelo Irmão Escrivão para serem auditadas e aprovadas pela Mesa Diretora, momento em que o Irmão Juiz rubricava as folhas, assinando no fim o termo de aprovação, juntamente com os demais membros da Mesa, (AHCMPA, 1828). A Figura 7 apresenta a folha 49 do Livro de Receitas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com o Termo de Recenseamento e Aprovação assinado em 28 de março de 1813.

Figura 7 - Termo de recenseamento e aprovação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), 1807.

O Termo de Recenseamento e Aprovação, apresentado na Figura 7, descreve a seguinte mensagem, Aos vinte oito dias do mês de Março de mil oitocentos e treze, nesta Vila de Porto Alegre em Consultório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Domingos, estando em Mesa da dita Irmandade o Sr^o Doutor Juiz de Fora e Provedor de Capelas e Resíduos, o Juiz mais Oficiais e Irmãos de Mesa abaixo assinados se conferirão de contas do Irmão Tesoureiro Francisco Manoel Pereira, e constou importar a Receita em 977\$220 (novecentos e setenta e sete mil duzentos e vinte réis), lançada de folha 45 até a folha 49 e a despesa mostrada por Documentos em 412\$309 (quatrocentos e doze mil trezentos e nove réis), digo \$390 (trezentos e noventa réis), vindo a ser lançada de folha 45 até a folha 49, sendo o saldo da dita conta em 564\$830 (quinhentos e sessenta e quatro mil oitocentos e trinta réis), que fica excedendo a Receita à Despesa, cuja quantia o dito Irmão Tesoureiro apresentou em Mesa o que sendo examinado pelo dito Ir^o Juiz de Fora e pelo Juiz mais Irmãos de Mesa abaixo assinados houveram dita consta por justa aprovada, e mandarão se entregasse a referida quantia existente ao novo Tesoureiro Antonio Pereira da Silva, e que se lhe fizesse a necessária Receita, o qual achando-se igualmente presente a receber e dela se deu por entregue. E para constar mandaram lavrar o presente Termo que assinaram comigo Escrivão José Manoel Afonço e demais.

Fica evidente, portanto, que o controle patrimonial fazia parte do cotidiano da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, e foi legalmente instituído.

A auditoria dos Livros de Receitas e Despesas da Irmandade caracterizava a preocupação com a accountability das contas, sendo que a movimentação dos recursos eram registrados para que houvesse transparência na gestão.

Ainda que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre tenha sido uma sociedade que buscava a socialização e bem-estar de seus membros, também sentiu a necessidade de instituir o controle de seu patrimônio através dos registros contábeis nos Livros de Receitas e Despesas, como uma forma de dar garantia que seu patrimônio, mesmo que compendioso, pudesse ser adequadamente controlado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreensão com o controle patrimonial não é um fenômeno recente, nem particular

das sociedades hodiernas. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre, uma sociedade que era composta predominantemente por pessoas escravizadas, tinha no controle patrimonial um aliado imprescindível para a correta gestão de seus poucos recursos.

Assim, esse estudo objetivou apresentar, sob a perspectiva histórica e contábil, como os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre registravam e controlavam seu patrimônio.

Essa irmandade que congregava, na sua maioria, africanos e seus descendentes, foi uma agremiação importante para a história do Rio Grande do Sul e, de forma particular, para a cidade de Porto Alegre, tanto que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no centro histórico da cidade, é uma de suas principais.

Os Livros de registros analisados retratam, claramente, que a Irmandade buscou na Contabilidade, seguindo as regras, conforme Schmidt e Santos (2008), focadas no registro e controle patrimonial, ditadas pelo pensamento contábil da época do Brasil.

Percebe-se com a análise dos Livros de Receitas e Despesas da Irmandade, que as receitas foram inicialmente formadas por taxas de inscrição de irmãos e de esmolas arrecadadas para a realização de festas. As despesas, por outro lado, eram compostas, majoritariamente, pela aquisição de materiais de consumo, sobretudo materiais de construção, visto que, no período analisado no presente estudo, a Irmandade iniciara suas atividades e estava construindo o local para realização de missas.

O ponto central do controle patrimonial dos registros da movimentação das contas da Irmandade era o Termo de Recenseamento e Aprovação da Irmandade, apresentado em uma reunião comunitária e assinado pelos membros da Mesa Diretora. Nessa reunião era realizada a auditoria das contas e sua aprovação, como uma forma de prestação de contas para a comunidade. Isso caracterizou, portanto, que a Irmandade não estava preocupada apenas com o registro das Receitas e Despesas em Livro próprio para o controle das contas, mas também

estava preocupada com a accountability da gestão.

Assim como toda pesquisa histórica, esse estudo buscou contribuir para o entendimento de como se deu o desenvolvimento desse grupo marcante na sociedade brasileira, destacando os principais processos históricos, personagens e fatos que marcaram a vida dessa irmandade, especialmente através da análise de seus aspectos culturais e organizacionais que influenciaram no desenvolvimento dessa comunidade.

A abordagem dessa trajetória histórica de uma Irmandade composta por pessoas comuns e seus acontecimentos cotidianos, focada no registro e controle de suas transações, buscou contribuir com essa nova perspectiva de análise histórica, perscrutando uma visão mais ampla e com maior pluralidade cultural de um cotidiano desse grupo composto por uma maior parte de africanos e de seus descendentes.

As principais limitações desse estudo relacionam-se com a construção da narração de procedimentos adotados por um grupo privado, com regras próprias e um número limitado de evidências que caracterizaram a forma de controle das contas e de accountability de sua gestão. Assim como toda pesquisa histórica, todo recorte periódico estático e concebido aprioristicamente, tem dificuldade de balizar com a sociedade moderna, ficando limitado às evidências disponíveis nas fontes de dados.

Ainda que muitas pesquisas já tenham sido direcionadas para o estudo de Irmandades religiosas no Brasil e no mundo, ainda existem várias possibilidades de estudos para que se possa entender todos significados dessas confrarias durante o Brasil colonial. De forma específica sob o aspecto contábil, poderiam ser analisados os modelos de como as demais Irmandades, não somente dedicadas à Nossa Senhora do Rosário, mas as dedicadas a outros santos, registravam e controlavam seus patrimônios.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHCMPA). **Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre**. Cúria Metropolitana, Porto Alegre, 1828.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHCMPA). **Livro de registro de receitas e despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre**. ROS II-2.1.8.1/1, Cúria Metropolitana, Porto Alegre, 1786.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHCMPA). **Livro de registro de receitas e despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre**. ROS II-2.1.8.1/1, Cúria Metropolitana, Porto Alegre, 1807.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). **Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da igreja paroquial de Madre de Deus da vila do Porto Alegre (RN)**. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/ViewerForm.aspx?id=1157568>. Acesso: 03 jun. 2020.

BAHY, C.P. 2005. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos do arraial de Viamão (1780-1820) – Fontes primárias e perspectivas de pesquisa. *In: VI JORNADA SETECENTISTA*, 204., 2005, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Cedope, 2005. p. 200-208.

BEZERRA, A. L. S. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Brasil: Identidade e diferença cultural. **Projeto História**. São Paulo, v. 51, n. 51, p. 119-138, set./dez. 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DO BRASIL (BND). **Planta da cidade de Porto Alegre de 1836**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart540208/cart540208.jpg. Acesso: 03 jun. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DE PORTUGAL (BNDP). **Compromisso da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Preto de Lisboa (1565)**. Disponível em: http://purl.pt/24087/4/l-151_PDF/l-151_PDF_24-C-R0150/il-151_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf. Acesso: 03 jun. 2020.

BORUCKI, A. The slave trade to the rio de La Plata, 1777–1812: Trans-imperial networks and Atlantic warfare. **Colonial Latin American Review**, v. 20, n. 1, p. 81-107, 2011.

BORUCKI, A. Trans-imperial History in the Making of the Slave Trade to Venezuela, 1526-1811. **Itinerario**, v. 36, n. 2, p. 29-54, 2012.

BORUCKI, A.; ELTIS, D.; WHEAT, D. Atlantic history and the slave trade to Spanish America. **The American Historical Review**, v. 120, n. 2, p. 433-461, 2015.

BRÜGGER, S.; OLIVEIRA, A. Os Benguelas de São João Del Rei: tráfico atlântico, religiosidade e identidades étnicas (Séculos XVIII e XIX). **Tempo**. Niterói, v. 13, n. 26, p. 177-204, 2009.

BURKE, P. A nova história, seu passado e seu futuro. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

BURNARD, T.; FOLLETT, R. Caribbean Slavery, British Anti-Slavery, and the Cultural Politics of Venereal Disease. **The Historical Journal**, v. 55, n. 2, p. 427-451, 2012.

COMISSOLI, A. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Dissertação (Mestrado em História Moderna) - Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
ELTIS, D.; MORGAN, P.; RICHARDSON, D. Black, Brown, or White? Color-Coding American Commercial Rice

Cultivation with Slave Labor. **The American Historical Review**, v. 115, n. 1, p. 164-171, 2010.

ELTIS, D.; LEWIS, F.; MCINTYRE, K. Accounting for the traffic in Africans: transport costs on slaving voyages. **The Journal of Economic History**, v. 70, n. 4, p. 940-963, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

HASTENTEUFEL, Z. Dom Feliciano na instalação da Igreja do Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 37-53, 1993.

INSTITUTO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL (IMPHIC). **Reinado do Rosário**. [S.1.], 25 jan. 2009. Disponível em: <<https://imphic.ning.com/main/search/search?q=Em+1415+os+portugueses%2C+sob+a+liderança+do+Infante+Dom+Henrique+e+seus+dois+irmãos%2C+filhos+de+D.+João+I+e+D.+Filipa+d+e+Lencastre%2C+conquistam+Ceuta%2C+no+Norte+da+África>>. Acesso: 01 jun. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Maranhão, é restaurada e entregue à população**. [S.1.], 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1212>>. Acesso: 01 junho 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br>. Acesso: 29 set. 2021.

KÜHN, F. “Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 120-133, mai./ago. 2010.

LOVEJOY, P. E. ‘Freedom Narratives’ of Transatlantic Slavery. **Slavery & Abolition**, v. 32, n. 1, p. 91-107, 2011.

LUZ, I. M. Irmandade e educabilidade: Um olhar sobre os arranjos associativos negros em Pernambuco na primeira metade do século XIX. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 32, n. 3, p. 119-142, jul/set, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, M. R. **Irmandades leigas em Porto Alegre**: práticas funerárias e experiência urbana, séculos XVIII-XIX. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2006.

NASCIMENTO, M. R. A Irmandade do Rosário de Porto Alegre diante dos controles civis e eclesiásticos, no século XIX. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 01., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-9.

OLIVEIRA, V. S. Devoção e distinção étnica na Irmandade do Homens Pretos do Rosário da Cidade de São Cristóvão-Sergipe. **Portuguese Studies Review**, v. 20, n. 1, 2012.

PADILHA, M. I. C. S.; BORENSTEIN, M. S. O Método de Pesquisa Histórica na Enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 575-584, out./dez. 2005.

PANCERI, R. **Terceiro Setor: A identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RASCKE, K. L. Práticas festivo-religiosas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (inícios do XX). **Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VII**. Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 62-88, dez. 2014.

REGINALDO, L. **Os Rosários dos Angolas**: Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

REGINALDO, L. “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII.

História. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 289-319, 2009.

REIS, J. J. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RÖNNBÄCK, K. The speed of ships and shipping productivity in the age of sail. **European Review of Economic History**, v. 16, n. 4, p. 469-489, 2012.

SANTOS, V. J. R. A Irmandade do Rosário dos Pretos do pelourinho: História de Fé, (Re)existência e Comida. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 10., 2018, Uberlândia. **Anais [...].** Uberlândia: (Re)existência Intelectual Negra e Ancestral - 18 anos de enfrentamento, 2018. p. 1-19.

SCARANO, J. **Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII.** 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SCHMIDT, P; SANTOS, J. L. **História da contabilidade: foco na evolução das escolas do pensamento contábil.** Atlas, 2008.

SCHMIDT, P; SANTOS, J. L. Cronologia da normatização das demonstrações contábeis no Brasil: do Código Comercial Brasileiro de 1850 ao pronunciamento 26 do CPC de 2009. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n. 1, p. 27-35, 2012.

SILVA, D. D. et al. The diaspora of Africans liberated from slave ships in the nineteenth century. **The Journal of African History**, v. 55, n. 3, p. 347-369, 2014.

SILVA, G. E. F. **Espaço, poder e devoção: as irmandades religiosas da fronteira oeste da América portuguesa (1745-1803).** Curitiba: UFPR, 2015 (Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal do Paraná).

SIMÃO, M. S. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do Século XVIII.** Dissertação (Mestrado em História da África) – Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

SOARES, K. C. **Os Bispos de Macau (1576-1782).** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015 (Dissertação de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

SOUSA JUNIOR, J. P. Irmandades Religiosas: Espaços de Devoção e Disputas Políticas na Paraíba Oitocentista. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 02., 2009, Fortaleza. **Anais [...].** Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-11.

SPARKS, R. J. Gold Coast merchant families, pawning, and the eighteenth-century British slave trade. **William & Mary Quarterly**, v. 70, n. 2, p. 317-340, 2013.

VALENTE, A. L. E. F. As irmandades de negros: resistência e repressão. **Horizonte.** Belo Horizonte. v. 9, n. 21, p. 202-219, abr./jun. 2011.

WEB OF SCIENCE. Os **10 artigos mais citados que tratam do tema: escravos.**

http://apps.webofknowledge.com/CitationReport.do?product=WOS&search_mode=CitationReport&SID=5F7NZc86vT62RaRQ5Aa&page=1&cr_pqid=5&viewType=summary&colName=WOS. Acesso: 11 mai. 2020.